

MADEIREIRAS BOICOTAM LEILÃO JUDICIAL DE MOGNO KAIAPÓ

O Juízo Federal da 3ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal realizou Leilão Público no dia 13/06/95, para alienar o mogno extraído das terras kaiapó, referentes aos autos da Ação Civil Pública nº91.22059-0, movida pelo Ministério Público Federal contra a União Federal e outros.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data 18/11/97
cod. KYD00410

Os recursos arrecadado serão destinados a recuperação das áreas degradadas que constituem o objeto da Ação. No entanto, as empresas lideradas pelos representantes da PERACH e BANNAC, ambas envolvidas em processos judiciais por extração ilegal de madeira em terras indígenas, fizeram manobras para reduzir o preço da madeira. Alegavam que seus valores foram majorados pelo perito, cujo método utilizado na totalização, teria incluído as partes inaproveitáveis das árvores. Desta forma, apresentaram lances inferiores aos valores permitidos, exceção apenas, aos dois lotes arrematados, conforme quadro abaixo:

PLANTAS LOTES	TOTAL DE TORAS	COMPONENTE DE TORA MÉDIA	DIA MÉTRICO MÉDIO DE TORA MÉDIA	VOLUME TORA MÉDIA M ³	VOLUME DE PLANTA M ³	AVALIÇÃO TOR M ³	
01	368	5,34	85,54	1,82	668	185,00	LANCE DA PERACH JUNTA MENTE C/AS DE MAIS 130,00
02	357	8,01	87,12	2,21	789	200,00	"
03	378	5,07	88,57	2,10	780	205,00	"
04	441	6,36	83,58	2,02	885	205,00	160,00
05	251	6,77	71,48	2,40	602	205,00	130,00
06	485	5,7	88,59	1,82	883	210,00	160,00
07	381	5,84	85,28	2,05	802	215,00	"
08	353	5,80	87,09	2,11	745	205,00	"
09	19	6,81	70,21	2,84	52	185,00	"
10	09	4,44	82,87	1,45	13	110,00	ARREMATADO
11	07	8,00	77,00	2,82	20	135,00	130,00
12	MADEIRA	8/4	DEGRADADA		18m ²	175,00	ARREMATADO

Ocorrido o insucesso naquele leilão, o Juiz convocou outros para os dias 05.11.18 e 25 de outubro de 1995, porém todos foram absolutamente frustrados, inclusive sem qualquer comparecimento das madeireiras. Novas praças estão previstas para os dias 22 e 29 de novembro e 06 de dezembro de 1995, mas não há qualquer expectativa de êxito. Ao revés, surgem indicativos de que os lotes de mogno serão desmembrados e sofrerão redução de preço para viabilizar as suas respectivas vendas.

A Justiça Federal ainda está recolhendo outras toras de mogno cortadas ilegalmente nas terras Kaiapós, as quais, também serão levadas a Leilão Público. Desde já, pode-se concluir que esse mogno em fase de recolhimento, também poderá sofrer as mesmas dificuldades para sua venda, caso não seja solucionado o boicote.

Obs. os lotes de madeira não foram desmembrados, apenas sofreram redução nos seus respectivos valores